



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

## GABINETE DO PREFEITO

Lei N- 722/2017.

Caaporã em 31 de Outubro 2017.

**Autoriza doação de terreno urbano para o Estado da Paraíba (Secretaria de Segurança Pública /Polícia Militar), para os fins que de se destina e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Município Caaporã devidamente autorizado a alienar por doação, ao Estado da Paraíba, o imóvel urbano sem benfeitorias que abaixo se descreve, com a área superficial de 4.500,00 m2, objeto de matrícula n. 12503, do Cartório de Registro Municipal, conforme planta e memorial descritivo anexos, que passam a integral esta Lei, a saber:

**LOTE n. 01C da quadra 02, componente do Distrito Industrial de Caaporã, localizado no Município de Caaporã, medindo 4.500,00 m2 de área total, com os seguintes limites e confrontações: de frente 60,00m para o Norte Via Perimetral 01ª, lado esquerdo 75,00m Lote 01B, lado direito 75,00m Via Coletora 03 e ao fundo 60,00m Via Local 01. PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ**

**Art. 2º** - O imóvel acima descrito fica desafetado, passando a integrar o patrimônio disponível do Município, para ser doado na forma do Artigo antecedente, tendo como finalidade específica a construção e instalação de Unidade da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ-PB  
CNPJ 08.865644/0001-54  
RUA SALOMÃO VELOSO, 30 - CENTRO, CAAPORÃ/PB - 58.326-000



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

**Art. 3º** - A área de terreno urbano ora doada, foi avaliada em R\$ 28.305,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinco reais), conforme Laudo de Avaliação elaborado pelo servidor responsável.

**Art. 4º** - Todas as despesas com a escrituração da doação, inclusive àquelas relativas a emolumentos e registros, serão pagas exclusivamente pelo Município Doador, à conta de orçamento dotação orçamentária própria do orçamento vigente, suplementada, se necessário.

**Art. 5º** - Aplica-se à doação estabelecida na presente Lei, o instituto da Dispensa Licitatória, previsto na Lei Federal, nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, assim como as demais disposições legais do referido Estatuto.

**Art. 6º** - Fica a Fazenda do Estado da Paraíba isenta do pagamento das taxas de protocolo, taxas e emolumentos de aprovação do projeto de construção da Unidade da Polícia Militar, bem como de expedição do "habite-se" desse prédio.

**Art. 7º** - Em caso de não instalação da Unidade prevista, no prazo de 36 (trinta e seis meses) a partir da publicação desta legislação, a doação realizada ficará sem efeito, retornando-se o terreno para a propriedade da Prefeitura Municipal de Caaporã.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Caaporã, em 31 de Outubro 2017.

  
**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**  
Prefeito Constitucional